



Revista de História (São Paulo)

ISSN: 0034-8309

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, Departamento de História

Ramos, Ana Flavia Cernic
BARRICADAS EM RODAPÉS DE JORNAIS: REVOLTA POPULAR
E CIDADANIA POLÍTICA NA *GAZETA DE NOTÍCIAS* (1880)*

Revista de História (São Paulo), núm. 179, a11118, 2020

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Departamento de História

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.150983>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285068996010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



ARTIGO

BARRICADAS EM RODAPÉS DE JORNAIS: REVOLTA POPULAR E CIDADANIA POLÍTICA NA *GAZETA DE NOTÍCIAS* (1880)*

Contato

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História
Campus Sta. Mônica – Bloco H – Sala 1H49
38400-902 – Uberlândia – Minas Gerais – Brasil
afcramos@yahoo.com.br

 **Ana Flavia Cernic Ramos****
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Minas Gerais – Brasil

Resumo

Em abril de 1880, a *Gazeta de Notícias* deu início à publicação d'O *livro verde*, do húngaro Mór Jokai. Repleto de movimentos conspiratórios, o romance-folhetim contava a história da "Insurreição Dezembrista", ocorrida na Rússia em 1825 contra a coroação do czar Nicolau I, tematizando os riscos das grandes agitações sociais. Em meio aos ecos do "Motim do Vintém", o romance chegava ao Brasil num momento de intensas disputas políticas acerca de uma nova reforma eleitoral. Em diálogo com as notícias internacionais sobre os atentados ao czar Alexandre II e a anistia concedida na França aos integrantes da Comuna de Paris, a proposta deste artigo é mostrar como a escolha do folhetim de Jokai serviu para pautar temas caros à intelectualidade brasileira naquele final de século, tais como o dilema entre reforma e revolução. Pretende-se realizar uma análise que enfatize tanto a articulação do folhetim com outros conteúdos do jornal quanto o uso da literatura como espaço de intervenção social e política.

Palavras-chave

História – política – imprensa – literatura – cidadania.

* Gostaria de agradecer ao professor Cláudio Batalha e a Felipe Azevedo e Souza pelas sugestões bibliográficas preciosas usadas na produção deste artigo.

** Doutora em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora associada do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



ARTICLE

BARRICADES IN NEWSPAPERS' PAGES FOOTERS: POPULAR REVOLT AND POLITICAL CITIZENSHIP IN *GAZETA DE NOTÍCIAS* (1880)

Contact

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História
Campus Sta. Mônica – Bloco H – Sala 1H49
38400-902 – Uberlândia – Minas Gerais – Brazil
afcramos@yahoo.com.br

 **Ana Flavia Cernic Ramos**
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Minas Gerais – Brazil

Abstract

In April 1880, the Brazilian journal *Gazeta de Notícias* began the publication of *The green book* written by the Hungarian Mór Jokai. Filled with conspiratorial movements, the Roman-feuilleton told the story of the “Decembrista Revolt”, which took place in Russia in 1825 against the coronation of Tsar Nicholas I, thematizing the risks of great social upheavals. Amid the echoes of the “Vintém Revolt”, the novel arrived in Brazil at a moment of intense political disputes on a new electoral reform. In a dialogue with the international news about the attacks on Tsar Alexander II and the amnesty granted in France to the members of the Paris Commune, the proposal of this article is to show how the Jokai’s novel served to the Brazilian intellectuality debate subjects such as the dilemma between reform and revolution in that end of century. It is aimed to carry out an analysis that emphasizes both the articulation between the novel and other journal contents and the use of literature as a space for social and political intervention.

Keywords

History – politics – press – literature – citizenship.

Foi em meio às notícias internacionais de tentativas de assassinato do czar Alexandre II (1818–1881) que a *Gazeta de Notícias* anunciou, em 28 de abril de 1880, a publicação de mais um folhetim em suas páginas, *O livro verde*, do húngaro Maurice Jokai (1825–1904). Segundo o jornal, o romance contava a história de uma conspiração política na Rússia czarista, ocorrida entre 1824 e 1825. O movimento, que reunia membros da elite militar e intelectual russa, lutava contra o poder absoluto do czar, reivindicando uma constituição e reformas liberais. Jokai recriava ficcionalmente a “Insurreição Dezembrista”, liderada por oficiais do exército russo que conduziram milhares de soldados num protesto contra a coroação do czar Nicolau I (1796–1855). Além das críticas à monarquia russa, a história tematizava as consequências das grandes agitações sociais e os desafios políticos trazidos pela conclamação do povo às ruas. Comportando dilemas há muito conhecidos da intelectualidade no século XIX, entre eles a democratização da sociedade burguesa, o folhetim de Jokai, ao desembarcar no Brasil, também encontrou grande fermentação política e social. Meses antes, as ruas do Rio de Janeiro haviam sido tomadas por protestos contra o imposto do vintém. O movimento, que começara com comícios, terminou em duros confrontos com a polícia. Assustados com os resultados da revolta, integrantes da imprensa, que até aquele momento haviam ressaltado a importância da ação do povo na disputa acerca do imposto, se questionavam sobre o que supostamente havia saído do controle e discutiam um problema central das últimas décadas do século XIX no Brasil: a cidadania política. O assunto era a pauta do momento, já que, desde 1878, o parlamento debatia o projeto de uma reforma eleitoral que previa, entre outras coisas, o estabelecimento da eleição direta no país.

E foi assim, nesse contexto, que a *Gazeta de Notícias* escolheu o romance de Jokai para preencher seu rodapé. A intenção deste artigo é mostrar como os editores do jornal utilizaram a literatura para debater o tema das revoluções, das reformas sociais e, principalmente, da participação popular na política. Apontada como uma das grandes incentivadoras dos protestos contra o imposto dos bondes, a *Gazeta de Notícias*, por outro lado, também foi acusada de mudar de postura no meio do caminho, quando então eclodiram os confrontos. O recuo ganharia destaque na imprensa, uma vez que o periódico pediria ao povo para voltar à sua rotina de trabalho, abandonando os confrontos nas ruas. Tendo em vista esses debates, a proposta é mostrar, a partir de uma leitura articulada do folhetim com outras partes do jornal, especialmente com a seção de notícias internacionais, como a *Gazeta de Notícias* articulou, através d’*O livro verde*, respostas possíveis não só às acusações que lhe foram dirigidas logo após a revolta, mas aos dilemas acerca da amplia-

ção da democracia no mundo burguês. Ao fazer isso, o jornal fundado por Ferreira de Araújo – que se tornou conhecido por estar ao lado das batalhas pela abolição e das reivindicações por reformas liberais no Brasil –, também evidenciava seus próprios temores e reticências quanto à participação popular na política.

A Revolta do Vintém e a cidadania política

No final de 1879 a notícia da criação de um imposto sobre as passagens dos bondes do Rio de Janeiro, cobrado diretamente dos usuários, se transformou no pivô de um grande debate nacional. Poupano tanto as outras províncias do Império quanto as empresas de transporte e, por outro lado, onerando os trabalhadores pobres, o novo tributo acirraria os ânimos da cidade, preparando-a para a Revolta do Vintém, ocorrida em janeiro de 1880. Em 21 horas de confronto, trilhos foram arrancados, bondes destruídos, três manifestantes mortos, muitos feridos e outros tantos presos, transformando as ruas da Corte em verdadeiras praças de guerra. Fruto de um conjunto de insatisfações populares, o “Motim do Vintém” segue no centro de um grande debate historiográfico sobre a heterogeneidade dos seus manifestantes e de suas pautas de reivindicação. Porém, nos diferentes trabalhos sobre o tema ficam patentes duas questões importantes para o presente artigo: a relevância da discussão sobre a reforma eleitoral como pano de fundo da revolta e a participação inequívoca da imprensa no evento.¹ Aplaudidos ou vaiados, os jornais da Corte foram personagens centrais dessa história, e figuras como Lopes Trovão, José do Patrocínio e Ferreira de Menezes atuaram não apenas nos combates de papel e tinta, mas nas ruas, em comícios e na organização de comissões para o enfrentamento da repressão instaurada pelo governo após os confrontos (PINTO, 2014, p. 167–173). Além disso, os periódicos foram responsáveis por delinear algumas das principais pautas do conflito, entre elas a “relação entre o Estado imperial e a população”, as “noções de direitos e deveres” de ambos os lados e, principalmente, a questão da representação política (BALABAN, 2009, p. 84–86).²

Apesar do imposto do vintém ter ocupado a atenção dos jornais nos últimos meses de 1879, a maior preocupação entre os intelectuais, mesmo

¹ Sobre a revolta cf. Graham (1991), Jesus (2006), Balaban (2009), Pinto (2014).

² Sobre a relação entre o Estado imperial e a população cf. Balaban (2009, p. 380); Jesus (2006, p. 84–86).

quando discutiam a nova tarifa, estava claramente em outra questão. Desde o retorno dos liberais ao poder, em 1878, o tema das reformas sociais ganhara novo fôlego na agenda política do império. Assim, num contexto de perda da legitimidade da escravidão, no qual era certo que aquela instituição estava com seus dias contados, tornou-se urgente, entre outras coisas, decidir o destino dos “novos cidadãos” brasileiros (BALABAN, 2009, p. 345; GRAHAM, 1997, p. 253; SOUZA, 2012). Diante de tais demandas, o ministério liberal de Cansanção de Sinimbu apresentou ao parlamento um projeto de reforma eleitoral que, entre outras coisas, expunha os receios da elite brasileira quanto à participação popular na política. Polêmica, a reforma orquestrada, ao exigir uma rigorosa comprovação da renda e a necessidade de alfabetização, acabaria reduzindo o eleitorado a 1,2% da população total do país (CARVALHO, 2008; GRAHAM, 1997; SOUZA, 2012). Ou seja, mais do que pano de fundo da Revolta do Vintém, a reforma eleitoral se transformaria no centro de uma grande batalha política. Além disso, se não havia unanimidade nas opiniões sobre o tema, o fato é que, durante a tramitação do projeto, tornaram-se recorrentes as falas que deslegitimavam a participação das grandes massas na política, acusadas então de não terem “independência” e “civilização” suficientes para uma boa participação eleitoral (SOUZA, 2012, p. 33–45).

Tal movimento, contudo, não era exclusividade do Brasil, uma vez que muitas das concepções liberais de representação política entendiam que a formação do eleitorado deveria se constituir a partir de premissas de qualidade e quantidade, mantendo princípios de distinção social. Aliás, os percursos da cidadania no século XIX, bem como as formulações teóricas do liberalismo sobre democracia, evidenciam como a ideia de restrição do voto apareceria como uma das prerrogativas constantes do ideário liberal (LO-SURDO, 2004, p. 9–10; SOUZA, 2012, p. 26–33). No contexto da escravidão, a equiparação entre liberdade, igualdade e cidadania política sofreria caminhos ainda mais tortuosos, uma vez que os libertos eram muitas vezes vistos como incapazes de exercer o poder político (COOPER et al. 2002, p. 91–129). E, numa cidade como o Rio de Janeiro, que assistia ao crescimento sem precedentes da população livre e de cor negra, tais tensões acerca do acesso à cidadania política e o receio do surgimento de um grande grupo de libertos com direitos políticos cresceriam vertiginosamente na elite (GRAHAM, 1997, p. 241; MONTANO, 2009).

Dessa forma, naquele ano de 1880, os debates sobre reforma e revolta apareceriam na imprensa profundamente entrelaçados. Isso porque o país se encontrava numa espécie de encruzilhada política, pois, ao mesmo tempo que alguns desejavam negar o direito ao voto à grande parte da população,

as ruas eram, por seu turno, ocupadas pelas massas insatisfeitas com o governo. Além disso, enquanto no contexto internacional vários países enfrentavam a questão da democratização das sociedades burguesas, a despeito dos receios e obstruções das elites políticas e econômicas, no Brasil, o caminho que ia sendo adotado seguia na contramão de um processo “inteiramente inevitável”: a marcha das massas para o palco da política (HOBSBAWM, 1988, p. 126–127).³ Se é fato que os discursos liberais resistiram duramente à cidadania democrática, depreciando a “capacidade cívica das massas” e tomando a democracia como sinônimo de “governo da turba” (ELEY, 2005, p. 54–55), por outro lado, a Europa, a partir dos anos 1860, respondendo a intensas lutas políticas, consolidava uma agenda de reformas que instituía, entre outros, o constitucionalismo liberal e o reconhecimento de direitos populares (ELEY, 2005, p. 25). Nessa perspectiva, considerando a grande contribuição dos estudos já feitos sobre a Revolta do Vintém, o presente artigo propõe extravasar as fronteiras nacionais e pensar algumas respostas dadas por intelectuais brasileiros aos impasses colocados pelo “Motim do Vintém” a partir de um contexto histórico mais amplo, atento a essas reivindicações por reformas liberais e ampliação de direitos que aconteciam no velho continente. Partindo do pressuposto de que a grande imprensa foi um dos personagens centrais nas disputas sobre o imposto, pretende-se aqui analisar de que maneira a *Gazeta de Notícias*, através da literatura, formulou respostas para os impasses colocados pela reforma eleitoral e pela revolta contra o imposto dos bondes.

A *Gazeta de Notícias* e a revolta popular

Um dos maiores periódicos do país, a *Gazeta de Notícias* foi, juntamente com a *Gazeta da Noite*, de Lopes Trovão, um dos personagens principais nas lutas contra o imposto do vintém. Acusada de insuflar a população, ela ficou de tal forma associada à revolta que, logo após os confrontos, suas edições sofreram sérias dificuldades de circulação.⁴ É preciso dizer, porém, que o

³ Sistemas eleitorais baseados em amplo direito ao voto passaram a ser reivindicados na Europa. A Inglaterra, entre 1865 e 1883, quadruplicou seu leitorado, França, Alemanha, Suíça e Dinamarca, já nos anos de 1870, haviam consolidado o voto universal masculino (HOBSBAWM, 1988, p. 126–127).

⁴ A inexistência das seis primeiras edições do jornal na Hemeroteca da Biblioteca Nacional pode ser um indicativo das tensões que envolveram o jornal logo após a revolta, com uma possível repreensão ao jornal por parte das autoridades. Nos dias seguintes ao motim, por

jornal de Ferreira de Araújo fez mais do que provocar as inquietações da multidão. Nos meses que antecederam a revolta, a *Gazeta de Notícias*, assim como outros periódicos, transformou o imposto em coadjuvante de um problema então muito maior: o debate sobre a cidadania política que estava sendo engendrada no parlamento. Com contribuições heterogêneas, o jornal apresentou abordagens mais ou menos radicais, movendo-se como um hábil equilibrista nas tensões que se desenhavam. Ao acompanharmos suas publicações entre novembro de 1879 e janeiro de 1880, podemos observar como foram se formando impasses entre os colaboradores do jornal sobre o papel das massas nos desafios políticos nacionais. Ferreira de Araújo, por exemplo, fundador e redator-chefe do periódico, ao tratar do tema nos seus “Assuntos do dia”, coluna vista como o editorial da *Gazeta de Notícias*,⁵ afirmava que os liberais voltavam ao poder para apresentar um projeto “monstro”, que privava o “direito de voto” à maioria da nação, arredando das urnas por “ignorantes” aqueles a quem o governo negava instrução.⁶ Entretanto, embora condenasse o ministério pelo fechamento das escolas noturnas para as classes populares, não questionava a prerrogativa do letramento para se tornar um bom eleitor.⁷

Sobre o imposto do vintém, suas opiniões iriam oscilar conforme variasse a temperatura política da Corte. Inicialmente, Araújo provocaria a ira popular contra o imposto, chamando-o de “odioso”, “desproporcional” e injusto. A nova tributação, contudo, estaria, segundo ele, condenada ao fracasso não pela resistência do povo, mas por sua “impraticabilidade”.⁸ Entretanto, se a princípio a imagem do povo era a de um ente passivo, que não fazia senão o que os “governos [queriam]”,⁹ a partir de 21 de dezembro, seus escritos deixariam vestígios de sua insegurança sobre a questão. Em debate com o *Diário Oficial*, Araújo defendeu a posição da *Gazeta de Notícias* argumentando que seu jornal não pretendia “incutir” opinião alguma nos leitores, como sugerira seu oponente. Cheio de prudência, defendia-se afirmando não dis-

exemplo, há notícias de que alguns vendedores da *Gazeta de Notícias* haviam sido presos. Cf. *Gazeta de Notícias*, 7 e 8 jan. 1880, p. 1.

⁵ Ferreira de Menezes, em carta de despedida da *Gazeta*, se referiu a essa coluna como o “editorial do jornal”. (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/11/1879, p. 1).

⁶ “Assuntos do dia”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/11/1879, p. 1.

⁷ Os cursos noturnos para classes populares foram extintos por ato do ministério do império em 1879. Cf. *Gazeta da Noite*, Rio de Janeiro, 05/11/1879 e Souza (2012, p. 53–60).

⁸ “Assuntos do dia”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, dias 27 e 28/11 e 13, 16 e 17/12/1879.

⁹ “Assuntos do dia”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, dia 27/11/1879, p. 1.

cutir mais o imposto “porque ele [era] lei no país”. Questionava, porém, a forma pela qual o tributo seria cobrado.¹⁰ Em atitudes titubeantes, dias depois, mesmo chamando o povo de “pacato e ordeiro”, ameaçaria o governo com as consequências, talvez incontrolláveis, da insistência em cobrar a taxa. Em 28 de dezembro, dia em que ocorreria o primeiro comício nas ruas contra o tributo, repetindo as palavras do *Jornal do Commercio*, Araújo concluiria: “reserve o povo a sua energia e a sua coragem cívica para fazer bons representantes”¹¹. O conselho indicava que o fundador da *Gazeta de Notícias* já não tinha mais tanta certeza sobre a passividade da população.

Apontado como moderado,¹² Araújo, por outro lado, havia escolhido como principais colunistas de seu periódico dois inflamados jornalistas: Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. E, se nos “Assuntos do dia” do dono da *Gazeta* pairavam atitudes dúbias, na coluna “Semana Política”, José do Patrocínio, sob o pseudônimo Proudhomme (FERACIN, 2006, p.115–120),¹³ responsabilizava a monarquia pelos descaminhos na política nacional e alertava sobre a “temperatura da revolução” no país.¹⁴ Relembrando processos revolucionários na França, ele destacava que o “povo”, quando desejava algo, alcançava seus objetivos.¹⁵ Em tom provocativo, Proudhomme escrevia ao “operário”: “tu és o anônimo, que eu [Governo] excluo por incapaz do meu voto (...) porque tu não sabes ler, nem nasceste meu parente. (...) Não ter direito, pois, seu Zé, não quer dizer não ter deveres (...) você é diante de mim o mesmo que o negro é diante do seu senhor; eu sou o seu governo”.¹⁶ Dias

¹⁰ Para ver a polêmica cf. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, dias 21, 22, 24 e 28/12/1879.

¹¹ “Assuntos do dia”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/12/1879, p. 1.

¹² Ao sair da *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Menezes, em carta-demissão, acusou Araújo de moderação. Cf. Pinto (2014, p. 159–160).

¹³ O pseudônimo adotado por Patrocínio é uma possível referência a Pierre-Joseph Proudhon. Cf. Feracin (2006, p. 115–120).

¹⁴ Segundo Ronaldo Pereira de Jesus, o Motim do Vintém, para além das marcas profundas que deixou na vida política da cidade, se destaca por ter ocasionado uma “alteração radical e momentânea das atitudes e expectativas diante do regime político e do imperador” (JESUS, 2006, p. 87–88). Isso porque, no decorrer do conflito – e logo após seu término –, os órgãos de opinião pública acentuaram os elementos negativos do Estado imperial. Dessa forma, os anos 1880, década em que ocorre a revolta, inaugurariam uma nova fase na história do Segundo Reinado, na qual as imagens de D. Pedro II e da monarquia sofreriam um desgaste contínuo. Processo delineado e incentivado, entre outros, pela atuação de intelectuais, jornalistas e literatos que, através da imprensa, passaram a destacar a crise da monarquia brasileira. Sobre esse tema cf. Schwarcz (1998) e Mello (2007).

¹⁵ “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17/11/1879, p. 1.

¹⁶ “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 01/12/1879, p. 1.

depois, retomaria a questão ao narrar um episódio em que o “cabo Paulo”, homem “de cor preta”, ao tentar falar com o imperador, fora barrado pela multidão. “O cidadão deste país, senhor, está pelo vosso governo reduzido à barata em terra de galinha (...) vós deveis atender-me! (...) eu sou do povo, falo como o povo, e só digo a verdade”, escrevia Proudhomme, atribuindo as palavras ao cabo Paulo. O jornalista deixava nas entrelinhas de seu artigo o quanto aquele operariado pobre, insatisfeito com o governo, era composto em grande parte de homens e mulheres negros, livres ou libertos (PINTO, 2014, p. 160-161). Afirmava ainda que, naquele momento, o governo era o “maior dos inimigos” da população, mas concluía ironicamente que, apesar disso, vivia-se em “mansos tempos”, que o “Zé povinho” ao final, ria satisfeito.¹⁷ Condenando a passividade da população, Patrocínio, por fim, instigaria a participação do povo na contenda sobre o tributo. Em 15 de dezembro, lembraria os tempos da Regência quando, segundo ele, o “povo sabia pegar em armas para protestar contra as violências” e “orgulhava-se em morrer pela defesa dos seus direitos”.¹⁸ Com o passar dos dias, entretanto, conforme a disputa ganhava novos atores, o articulista foi reconfigurando a imagem do “povo” que havia feito. No final de dezembro, em meio a comícios e vaias a carros ministeriais protagonizadas pela população, alertaria o imperador sobre o engano de considerar “o povo” “humilde e submisso”. Sobre a recusa do monarca a falar com a multidão no comício, perguntava quem deveria ser responsabilizado “pelos conflitos, pelo sangue, pelas mortes prováveis” que poderiam se dar uma vez que não haviam sido obedecidas as “intimações da praça pública”.¹⁹

Às vésperas da Revolta do Vintém, a *Gazeta de Notícias* continuaria a oscilar. Se na seção “Chronica” atribuíam-se a crise ao povo, que votava mal,²⁰ em outras colunas não cessavam as denúncias sobre os desmandos do ministério.²¹ Enquanto na seção de telegramas anunciavam-se as medidas do governo para “conter a ordem”, alertando a população de que a cidade se enchia de tropas e que, “por amor às costas”, era preferível pagar o vintém a “apanhar”, páginas adiante circulavam nos “A pedido” poemas que falavam num ministério de “sete salafrários” que tratava o “povo” como “escravo” ou

¹⁷ “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08/12/1879, p. 1.

¹⁸ “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/12/1879, p. 1.

¹⁹ “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29/12/1879, p.1.

²⁰ “Chronica”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/12/1879, p. 1.

²¹ Cf. as seções “Chronica”, “Variedades” e “Dizia-se hontem” da *Gazeta de Notícias* Rio de Janeiro, nos dias 07, 14, 15, 21, 24, 25, 26 e 31/12/1879, por exemplo.

“carneiro”, avisando que, quando abusava a “realeza”, “saía-lhe em frente a *Marsellhesa*”.²² Em 29 de dezembro, ao mesmo tempo que narrava o comício contra o imposto como uma “reunião pacífica”, o jornal não deixava de ressaltar as “provocações da polícia secreta” contra os manifestantes. Lembra ainda a forma como a “multidão levantara estrondosos vivas à imprensa”, demonstrando mais uma vez o esforço do jornal de representar-se a si próprio com um papel determinante nos acontecimentos.²³ Tais atitudes cambiantes ficariam ainda mais explícitas logo após a eclosão da revolta. Provavelmente assustada com as cenas ocorridas nas ruas da cidade, a *Gazeta de Notícias* assinaria conjuntamente com o *Jornal do Commercio* e *O Cruzeiro* a seguinte nota em nome da “imprensa fluminense”:

Unido num só pensamento, o de promover, com o bem do povo, o engrandecimento do país, ainda que divirja quanto aos vários modos de chegar ao fim que todos almejam, a imprensa, à vista das cenas que desde quinta-feira enlutam esta grande cidade, não pode ter senão uma voz para aconselhar ao povo **moderação e prudência, resignação mesmo se for preciso**. A liberdade pela ordem, a ordem pela liberdade, tal deve ser o alvo da luta, mas luta pacífica, mil vezes mais profícua do que o desordenado tropel das ruas. Já o povo mostrou assaz os seus desejos; ao governo cumprirá resolver agora. A vontade popular tão geralmente demonstrada tem poder imenso, ainda quando as armas do governo saíam vitoriosas do embate contra as massas indisciplinadas. (...) Concidadãos: voltaí aos vossos labores cotidianos; não mais seja esta grande cidade teatro de cenas tumultuárias. Mostrai-vos dignos filhos do Brasil e dei ao mundo o grande exemplo de um povo que sabe selar a sua liberdade sem sair da ordem.²⁴

Marcelo Balaban, ao perscrutar os sentidos atribuídos pela *Revista Illustrada*, de Agostini, ao episódio da Revolta do Vintém, destaca como essa atitude da *Gazeta de Notícias* não passou despercebida pelos seus colegas de imprensa. Conferindo a culpa dos confrontos à polícia, a *Revista Illustrada* criticaria a nota emitida pretensiosamente em nome de toda a “imprensa fluminense” por responsabilizar o povo pelo “desordenado tropel das ruas”. O periódico ironizava o recuo da *Gazeta de Notícias* que, meses antes, se batera contra o imposto, clamara por uma reação do povo e agora flertava com posições mais conservadoras (BALABAN, 2009, p.380-388). Mais uma vez, o que estava no centro da polêmica era a reação dos intelectuais frente à atuação das massas na política. A própria *Revista Illustrada*, que parecia querer se co-

²² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/12/1879.

²³ “Meeting”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29/12/1879.

²⁴ “Gazetilha – O dia de ontem”, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 04/01/1880, grifos nossos.

locar como representante da vontade popular, construía sentidos ambíguos para o “povo”, ora visto como “consciente de seus direitos”, agindo de forma ordeira mas contestadora, ora como manipulável e incapaz de agir autonomamente. O balanço final dessa equação parecia simples: havia potencial na ação política do povo, caso ela fosse bem orientada por lideranças políticas como Lopes Trovão (BALABAN, 2009, p. 380–388).

No embate entre os jornalistas, a *Gazeta de Notícias*, por sua vez, manteve uma postura um pouco mais complexa do que quis fazer parecer o periódico de Agostini, que desprezara em sua crítica o rompimento do *Jornal do Commercio* com a folha de Araújo. Em nota, o *Jornal do Commercio* esclarecia que a iniciativa do “manifesto” havia partido da *Gazeta de Notícias*, que, falando em “boatos aterradores” e “planos tenebrosos e elementos acumulados e dispostos para a revolução”, propunha uma nota da imprensa para acalmar o povo. Aquele, contudo, reclamava que, ao publicar o comunicado, esta acrescentara uma introdução não prevista no acordo. A nota introdutória dizia que “tão grave [tinham] sido os acontecimentos, (...) tantas [tinham] sido as arbitrariedades e violências, (...) tão ameaçadores [eram] os boatos das disposições em que se [achava] a autoridade”, que o periódico entendia “cumprir um dever” acalmando o povo para que não crescesse o “número de vítimas”. A referência às autoridades e à violência implícita em suas ações desagradou o *Jornal do Commercio*, levando-o ao rompimento. Para o periódico, “aqueles mesmos que [reclamavam] para o povo o direito de insurreição não [poderiam] desconhecer na sua autoridade constituída o direito de defesa”. O Governo não podia “submeter-se ao que as turbas alçadas lhe queriam impor” com “cenas de destroços”, alegava. “Uma vez ateado o incêndio, quem pode tirar o que não será por ele devorado?”, concluía o periódico.²⁵

Ao mesmo tempo que provocou a ruptura com o *Jornal do Commercio*, a introdução anexada pela *Gazeta de Notícias* explicitava, por outro lado, a preocupação em denunciar também os excessos do Estado na revolta. Ou seja, mais uma vez flagrada em atitudes cambiantes, a *Gazeta de Notícias* desnudava suas próprias incertezas sobre todo o processo disparado com a Revolta do Vintém, o que indica que, internamente, o jornal continuava a oscilar. Ao noticiar o *Metting* ocorrido em São Paulo, em apoio às reivindicações dos cariocas, por exemplo, a *Gazeta* destacava falas que tanto elogiavam o povo por deixar de lado o “indiferentismo” quanto lhe pediam que se acalmasse,

²⁵ “Gazetilha – A imprensa fluminense”, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 05/01/1880.

já que o “propósito” não era a “luta armada”.²⁶ Se na seção “Chronica” deste jornal dizia-se que tanto o povo saíra da “legalidade” quanto a polícia e o governo haviam se excedido,²⁷ Proudhomme, na “Semana Política”, iniciava seu artigo citando a célebre frase “reina a paz em Varsóvia”, referência clara ao discurso do ministro francês Sebastiani de La Porta que, em 1831, denunciara a brutal repressão praticada pelo exército russo à uma revolta ocorrida em Varsóvia. Debochando da “paz” que reinava na cidade, Proudhomme dizia que “tudo [voltara] ao normal” e que o “normal” eram as “câmaras dissolvidas” e as eleições com “cacete” e “baioneta”.²⁸

Literatura de barricada

Se nas ruas da cidade os ânimos pareciam pacificados, nos meses que se seguiram ao motim o tema da participação popular na política continuaria nas páginas dos jornais. Embora pouco se falasse da revolta em si, com a volta do projeto de reforma eleitoral ao Parlamento, a pauta das reformas liberais e da cidadania política mantinha-se na ordem do dia. Além disso, após a polêmica com o *Jornal do Commercio* e a sátira da *Revista Illustrada*, a questão da participação das massas na política continuou soando como importante para a *Gazeta de Notícias*, que, por novos caminhos, daria sequência ao debate, justificando, de certa forma, suas posições. Um desses caminhos acabou sendo a publicação do folhetim *O livro verde*, de Maurice Jokai. A estratégia de discutir política em romances-folhetim, contudo, não era nova. Responsáveis em grande medida pela prosperidade dos jornais, desde seus primeiros momentos, os folhetins ganharam, entre outras coisas, a conotação de um espaço também destinado à reflexão política e conscientização das classes populares (MEYER, 1996; QUEFFÉLEC, 1989; TRIZOTTI, 2016). Eugène Sue, por exemplo, que dizia ensinar distraindo, em seus *Mistérios de Paris* tematizou as tensões sociais latentes numa cidade industrial, tendo inclusive algumas de suas obras proibidas de circular na França a partir de 1851, acusadas de incitarem a inquietação do povo. Vistos como “perigosos à monarquia burguesa”, os folhetins chegaram a ser chamados, em meados do século XIX, de uma “literatura de *barricadeurs*” (MEYER, 1992, p. 80–82).

²⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 09/11/1880, p. 1.

²⁷ “Chronica”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/01/1880, p. 1.

²⁸ “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/01/1880, p. 1.

Diversos entre si, mas seguindo a tradição de flertar com temáticas sociais caras ao Segundo Reinado, os folhetins também conquistariam o público brasileiro. Presentes na *Gazeta de Notícias* desde sua fundação, várias das obras literárias publicadas no rodapé desse jornal flertariam com debates políticos candentes no Brasil. Se a estreia da seção nesse jornal se deu com *O cabeça de ferro*, de Gustave Aymard (1875), foi, entretanto, com seu segundo folhetim, *Os lazaristas*, peça teatral escrita pelo português Antonio Fontes, profundamente politizada, que o jornal de Araújo alcançou maior visibilidade. Com temática anticlerical e explosiva, a publicação da peça desafiaria a censura nacional e promoveria o sucesso instantâneo da *Gazeta de Notícias*.²⁹ Tal repercussão confirmava não só o poder do folhetim para atrair novos leitores como o interesse do grande público em acompanhar o debate de questões sociais latentes através de textos ficcionais. A estratégia se repetiria especialmente nos folhetins nacionais publicados pelo jornal (NADAF, 2012),³⁰ já que em todos eles ficava explícita a ligação com temas sociais polêmicos do momento. Entre 1875 e 1885, podemos identificar alguns exemplos dessa estratégia. Sobre *Mota Coqueiro* (1877), de José do Patrocínio, a *Gazeta de Notícias*, destacando o “desejo de tornar mais amena a leitura” do caso que condenou um homem branco, proprietário de terras, à pena capital, dizia ter encomendado um “romance judiciário” ao jornalista.³¹ Ou seja, dialogando com o processo judicial e com notícias sobre o caso, Patrocínio entregava aos leitores um romance que debatia a pena de morte no Brasil. Em 1879, ele publicaria *Os retirantes*, sobre a seca que assolara o Ceará, enfatizando seu trabalho de repórter. A prática de levar temas sociais que circulavam em outras colunas do jornal para os textos ficcionais do rodapé se repetiria ainda em *O reino encantado* (1878), de Araripe Júnior, sobre um movimento messiânico ocorrido em Pernambuco nos anos da Regência, e *n'As joias da coroa* (1882), de Raul Pompeia que, partindo de notícias sobre um roubo no Paço Imperial, produziria um romance com duras críticas à monarquia brasileira.

Tais publicações nos dão pistas valiosas sobre os critérios da *Gazeta de Notícias* ao escolher seus folhetins e o desejo evidente do jornal tanto de conectar tais romances aos assuntos que percorriam suas outras colunas

²⁹ Poucos dias depois do lançamento do folhetim, a *Gazeta de Notícias* anunciava ter atingido 12 mil exemplares diários. Cf. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/10/1875, p. 1).

³⁰ Dentre os 45 folhetins publicados pela *Gazeta de Notícias* entre 1875 e 1885, apenas cinco eram nacionais (NADAF, 2012).

³¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/12/1877, p. 1.

quanto de usar o espaço do rodapé para debater política. Embora de autoria estrangeira, *O livro verde*, de Jokai, reafirmaria tais iniciativas. Numa conexão profunda com as notícias internacionais sobre atentados ao czar Alexandre II e o perdão aos integrantes da Comuna de Paris, a história desse folhetim, de forma indireta, dialogava com o conturbado contexto nacional nos meses que se seguiram à Revolta do Vintém. Tal escolha confirmava que o periódico, em meio às disputas sobre a reforma eleitoral, não deixava de construir suas próprias “barricadas”.³²

Mór Jokai, as revoluções e os novos desafios do final do século XIX

Em janeiro de 1880, o jornal francês *Gil Blas* anunciava a publicação do folhetim *Le livre vert*, de Maurice Jokai,³³ destacando sua qualidade literária e especialmente sua atualidade. Em breve sinopse, ressaltava que a história versava sobre uma “aristocracia corrupta”, os “crimes da polícia”, os “segredos íntimos” da família imperial e as desventuras de uma população “esmagada” e “consolada pela superstição”.³⁴ Descrição que certamente chamou a atenção dos redatores da *Gazeta de Notícias* e que seria reproduzida em suas páginas em abril de 1880. Dada a pouca familiaridade do público francês com Mór Jokai (1825–1904), o *Gil Blas* trazia ainda uma carta de Louis Ulbach, tradutor do romance, na qual se apresentava uma biografia do autor. Literato, jornalista e político, Jokai era então deputado na Hungria e dirigia um dos jornais mais importantes daquele país, o *Hon* (A Nação).³⁵

³² Um dos importantes referenciais deste artigo é o entendimento da literatura como testemunho histórico e fonte de estudo para o historiador. Ou seja, propõe-se aqui analisar os textos literários pressupondo não a sua autonomia em relação à sociedade que os produziu, mas situados num processo histórico determinado. Dessa maneira, o estudo pretende historicizar a obra literária, inserindo-a no movimento da sociedade, investigando suas redes de interlocução social, destrinchando as formas pelas quais ela constrói e representa as suas relações com a realidade. Busca-se, assim, a lógica social desses textos. Para maior delineamento dos procedimentos teórico-metodológicos utilizados no artigo para leitura e análise da ficção como fonte histórica cf. Chalhoub e Pereira (1998), Gay (2010), Ginzburg (2007).

³³ O nome de Mór Jokai recebeu diversas traduções: Maurice Jokai em francês, Maurus em inglês e até mesmo “Maurício” em língua portuguesa.

³⁴ “Le livre vert – grand roman historique”, *Gil Blas*, Paris, 11/01/1880, p. 1. As edições do *Gil Blas*, consultadas neste artigo, estão disponíveis em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb344298410/date>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

³⁵ *Gil Blas*, Paris, 12/01/1880, p. 1.

Comparado a Eugene Sue, Victor Hugo e Alexandre Dumas,³⁶ autores que também recorrentemente eram lembrados pelo envolvimento com questões políticas, Jokai participou da Revolução Húngara de 1848 contra o domínio da dinastia de Habsburgo em seu país. Ocorrida em momento de grande efervescência política na Europa e inspirada em valores liberais e nacionalistas, a revolução se tornou um marco na biografia do autor. O movimento, organizado por uma nobreza liberal, reunia artistas e intelectuais magiares, tais como o jovem Jokai e o poeta Sandor Petofi, e inspirava-se nos ideais da Revolução Francesa. Seus integrantes reivindicavam, entre outras coisas, direitos civis, liberdade de imprensa e o fim da organização feudal na Hungria. Como jornalista, Jokai acompanhou (e apoiou) a principal liderança do movimento, Lajos Kossuth, na construção de um governo autônomo (EVANS, 2016, p. 201–212). Contudo, em 1849, após brutal repressão austríaca, o movimento foi derrotado e, entre presos e exilados, Jokai conseguiu o perdão político, voltando a Pesth em 1850, quando iniciou seu período mais profícuo como escritor.³⁷ Marcado pela repressão e pela derrota política, fez da literatura um lugar de reflexão sobre os caminhos e descaminhos dos processos revolucionários. Utilizando-se de episódios históricos de outras nacionalidades para escrever seus romances, Jokai discutiria a trajetória política de seu próprio país (MAGYAR, 1958, p. 332–333).

Em *O livro verde, ou a liberdade sob a neve* (*Szabadság a hó alatt vagy a Zöld köld könyv*),³⁸ Jokai narra a história da organização de uma conspiração política ocorrida em São Petersburgo entre 1824 e 1825, contra o czar Alexandre I, idealizador da Santa Aliança de 1815 e símbolo do conservadorismo na Europa. Entre os principais articuladores do movimento estavam: o duque Ghemini, alto oficial do exército que, apesar de ter uma “cabeça inteligente”, era um “fidalgo medroso”, mais “conspirador” do que revolucionário”; a atriz finlandesa Zeneida, cujo pai fora decapitado durante a invasão russa de seu país; o poeta Pouchkine, militar e revolucionário entusiasta; e o polaco Jakuskin, oficial do exército polonês que, depois de ter sido exilado para o Cáucaso, tornou-se um “selvagem”.³⁹ Investigados por Arakcheiff, chefe da guarda imperial, os conspiradores organizavam seus atos em um livro ver-

³⁶ Jokai foi um literato de sucesso inigualável na Hungria. A repercussão internacional de sua obra viria primeiro com as traduções alemãs. Cf. Low (1888), Hevesi (1929), Magyar (1958).

³⁷ “Maurício Jokai: jubileu litterario”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21/02/1894, p. 1.

³⁸ Seguindo a publicação francesa, a *Gazeta de Notícias* também retirou a segunda parte do título original da obra, deixando apenas *O livro verde*.

³⁹ “O livro verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, dias 05, 06, 09 e 10/05/1880.

de, muito procurado pela polícia. Entre encontros e desencontros amorosos, o folhetim recriava o cenário da política russa no início do século XIX. De um lado, um imperador infeliz e entrincheirado no poder absolutista; do outro, uma sociedade dividida entre uma nobreza indiferente aos problemas da população, um exército insatisfeito e “contaminado” pelas ideias francesas trazidas pela invasão napoleônica e, por fim, um grupo de artistas e intelectuais ansiosos por reformas políticas, mas que sofriam com as dificuldades de organizar um movimento que unisse aspirações diversas. Adiado por uma grande tragédia natural e pela divisão interna do grupo, o plano de conspiração agonizaria meses de espera para que pudesse ser finalmente executado. Somente com a morte natural de Alexandre I e a subida ao trono de seu filho Nicolau, o movimento se iniciaria. Contudo, os acontecimentos não seguiriam as previsões dos “conjurados aristocráticos” do Norte,⁴⁰ grupo liderado por Ghemini e Zeneida, mas eclodiriam especialmente pela ação dos regimentos dos exércitos do Sul, que se insurgiriam acompanhados de uma multidão que se postaria em frente ao Palácio de Inverno. Derrotado o movimento, o novo czar conseguiria abafar a revolta. Contudo, se a conspiração fracassara, a mensagem de Mór Jokai, ao final do romance, era de esperança e de alerta à monarquia russa. Se tudo parecia calmo e silencioso na superfície, sob a “neve profunda, alguma cousa, cujas raízes são imorredouras”, continuava a “vicejar” e ainda havia de “florescer” a liberdade e a “primavera”.⁴¹

Embora a história se passasse nos anos 1820, os temas abordados por Jokai n’*O livro verde* encontrariam solo fértil para debates políticos nos anos 1880. E isso não apenas num Rio de Janeiro que ainda se recuperava da Revolta do Vintém, mas em terras do velho continente, onde ainda pululavam discussões sobre revolução, democracia e reformas liberais. Poucos meses antes da publicação do romance no *Gil Blas*, a França, por exemplo, acertava contas com seu passado revolucionário e vivia dias agitados com os debates tanto sobre a transformação da “Marselhesa” em hino francês quanto sobre a proposta de anistia aos *communards*, que seria conquistada plenamente em julho de 1880 (MERRIMAN, 2015, p. 42–45). Isso porque, no início de 1879, o parlamento francês, com apoio do governo, havia concedido uma anistia parcial aos deportados responsabilizados pela revolta. A decisão, entretanto, criara sérias tensões na Câmara ao longo de todo o ano, já que parte dos deputados, chamados de “republicanos exaltados”, apoiava o projeto de Louis

⁴⁰ “O livro verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/07/1880, p. 1.

⁴¹ “O livro verde – Epílogo”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/08/1880, p. 1.

Blanc de anistia total, que incluía o direito de se organizar politicamente àqueles que retornavam.⁴² Em discurso celebrado pela maioria dos jornais franceses, incluindo o *Gil Blas*, o ministro da Justiça, Le Royer, condenava o projeto de Louis Blanc, recusando-se a anistiar revoltosos que pretendiam “restabelecer” a *Commune* e glorificar seus atos. Royer defendia a anistia parcial, alegando que esta apenas negava o perdão a um pequeno número de “malvados”, entre eles os que sofreram condenações por “homicídios”, “roubos” e “insultos”, e os que eram “eternos sublevados”.⁴³ O assunto voltaria ao parlamento em novembro de 1879 e novamente se tornaria o centro de uma grande polêmica, que só se encerraria com a concessão da anistia completa em julho de 1880.⁴⁴

Fato é que tais disputas ocorreriam porque a Comuna de Paris (1871), e sua posterior destruição pelo governo de Thiers, havia deixado marcas profundas na sociedade francesa, polarizando a política da Terceira República e acirrando especialmente os conflitos de classe. Considerada a “revolução dos operários em ação”, feita, entre outras, sob a influência da Primeira Internacional de Trabalhadores (ELEY, 2005, p. 36), a Comuna fora derrotada por uma brutal repressão do Estado francês (ELEY, 2005, p. 11–28).⁴⁵ Com repercussão internacional, os massacres dividiriam as opiniões entre os que defendiam o “reinado da ordem” e os que viam os trabalhadores parisienses como “mártires”. Até 1877, quando finalmente se estabeleceu na Câmara dos Deputados uma maioria republicana, prevaleceria na França uma memória mais conservadora sobre o tema, que passou, entretanto, a ser revista no final da década. Num novo cenário político, agora dividido entre republicanos moderados e radicais, os projetos de anistia (parcial e plena) acirrariam os debates sobre os processos revolucionários e criariam um solo propício para o folhetim de Jokai nas páginas do *Gil Blas*, jornal de tendência moderada, que via com desconfiança o retorno dos exilados.

⁴² Cf. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, dias 15 e 24/02/1879, p. 1.

⁴³ Cf. “Notícias da França”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13/03/1879, p. 1.

⁴⁴ “La Travers Politique”, *Gil Blas*, Paris, dias 23, 24, 26 e 30/11/1879. A discussão está presente ao longo de todo o mês de dezembro de 1879 no *Gil Blas*. Cf. *Gil Blas*, Paris, dias 20 e 21/11/1879 e 01 e 04/12/1879, p. 1; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08, 10 e 29/11/1879.

⁴⁵ Estima-se que entre 5.700 e 7.400 pessoas foram mortas pela repressão de Thiers, sendo 1.400 assassinadas a sangue frio na captura. Depois de repressão, 38.578 apoiadores da Comuna foram presos, encarcerados e levados a julgamento, dentre eles 10.137 foram condenados, quase metade deportados para Nova Caledônia. Cf. Evans (2016, p. 272).

Ao mesmo tempo que reavaliavam seu passado revolucionário, os franceses, por outro lado, acompanhavam de perto as notícias vindas da Rússia sobre os atentados ao czar Alexandre II. Entre bombas e cartas que ameaçavam a vida do imperador, o público do *Gil Blas*, assim como todo o velho continente, assistia aos eventos com a sensação de que a revolução era iminente em países como a Rússia.⁴⁶ Alvo de vários atentados, já em abril de 1879 o czar tivera que fugir dos tiros disparados pelo estudante Alexander Soloviev. Em meio a grande repercussão internacional sobre organizações secretas que lutavam contra a monarquia russa, Alexandre II voltaria a ser notícia em dois novos atentados: em dezembro de 1879, quando o trem em que viajava foi alvo de explosões que, por sorte, não o atingiram;⁴⁷ e em fevereiro de 1880, quando rebeldes infiltrados explodiram uma sala do Palácio de Inverno, tendo o czar escapado da morte simplesmente por ter se atrasado para o jantar.⁴⁸ Tal como narrativas romanescas, as notícias sobre o czar certamente alimentavam a curiosidade dos leitores pelas peripécias dos conspiradores d'*O livro verde*. Tendo escrito seu romance para o jornal *Hon*, em 1879, Jokai certamente se inspirara em tais histórias, aproveitando-se delas para pautar temas como nacionalismo, democracia, reformas liberais e, obviamente, o perigo da participação dos setores populares nas disputas políticas. Acusado de resistir ao progresso, o czar era representado nas notícias do *Gil Blas* como um governante voluntarioso e autoritário que, ameaçado constantemente, vivia sobre um “vulcão revolucionário”.⁴⁹

A *Gazeta de Notícias* e a “múmia” monárquica

Tal como ocorrera na França, nos meses que antecederam a publicação d'*O livro verde* no Brasil, as páginas da *Gazeta de Notícias* foram invadidas pelas tensões políticas na Europa, especialmente na Rússia. Havia meses, pairavam no jornal as inquietações sobre um clima de agitação social no velho continente. Em 1879, notícias sobre a suspeita de um plano para assassinar a rainha Vitória deixariam os ingleses em alerta; na Itália, receava-se uma

⁴⁶ Tal impressão se tornou corriqueira na Europa ocidental a partir dos anos de 1870 e era corroborada pelos sinais de vulnerabilidade do czar, suas reformas e pelo surgimento de movimentos contestatórios da chamada *intelligentsia* russa. Cf. Hobsbawm (1988, p. 404-407, 1996, p. 230-235).

⁴⁷ Cf. “L’attentat de Moscou”, *Gil Blas*, Paris, 05/12/1879, p. 1.

⁴⁸ Cf. *Gil Blas*, Paris, dias 20, 21, 22, 23 e 24/02/1880.

⁴⁹ Cf. “La travers la politique”, *Gil Blas*, Paris, 13, 15, 16 e 22/12/1879.

“agitação revolucionária social e radical”, fruto de uma movimentação “internacionalista”, enquanto na Alemanha se proibia a circulação do jornal *Le Mirabeau*, órgão de várias seções da Internacional.⁵⁰ Da França os jornais traziam ainda os impasses políticos acerca da anistia aos *communards* que, segundo a *Gazeta de Notícias*, era então uma “concessão” às “esquerdas” para “satisfazer” a “opinião pública”. Segundo o jornal carioca, Bismarck via com desgosto tais concessões, já que na Alemanha o governo estava “apertando seus meios de ação contra os partidos extremos”, incluindo os socialistas.⁵¹ O tema ocuparia muitas edições da seção de notícias internacionais da *Gazeta de Notícias* e, em fevereiro de 1880, pouco depois de assistir à Revolta do Vintém, o jornal de Araújo comentaria o retorno do projeto de anistia plena ao legislativo francês, dizendo serem tantas as pressões que o presidente da República, Sr. Grevy, “mais cedo ou mais tarde” abriria as “portas da França aos criminosos da Comuna”.⁵² O polêmico assunto dividiria as páginas do periódico ainda com outro tema que se tornaria bastante recorrente no jornal entre o final de 1879 e início de 1880: a revolução iminente na Rússia.⁵³ Em 31 de dezembro de 1879, a *Gazeta de Notícias* informaria sobre a explosão de um dos vagões em que viajava o czar Alexandre II, anunciando “mais uma tentativa contra uma cabeça coroada”.⁵⁴ Poucos meses depois, às vésperas da estreia do folhetim de Jokai, o jornal traria o tema dos atentados de volta à suas páginas, quando uma nova explosão, agora no palácio imperial, colocava em risco a vida do monarca.⁵⁵

Da Europa chegavam histórias de um imperador autoritário que, mantendo-se intransigente aos pedidos de reformas feitos por seus opositores, tinha sua vida ameaçada.⁵⁶ Reproduzindo tais notícias, retiradas de periódicos que certamente não eram escolhidos ao acaso, a *Gazeta de Notícias* começava a se atentar para possíveis e oportunos paralelos entre a cena política brasileira e a russa. Após os conflitos da Revolta do Vintém, quando uma das acusações mais frequentes a D. Pedro II era a de não ter ouvido os clamores do povo contra o imposto, tal aproximação foi rapidamente in-

⁵⁰ “Europa”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 e 07/01/1879, p. 1.

⁵¹ “A situação na Europa”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 09/02/1879, p. 1.

⁵² Cf. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 e 24/02/1879; 13 e 18/03/1879; 10 e 15/06/1879.

⁵³ Cf. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25/04/1879 e 25/05/1879.

⁵⁴ Cf. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 31/12/1879, p. 1.

⁵⁵ Cf. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19/02/1880, p. 1. Ver também *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/03/1880.

⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 e 22/02/1880, p. 1.

corporada por articulistas como Proudhomme, que, ao comentar a situação na Rússia, alertaria o imperador brasileiro sobre os “presságios lúgubres” surgidos quando um rei não escutava a nação.⁵⁷ Em março de 1880, a *Gazeta de Notícias*, ao fazer uma seleção das notícias internacionais que mais lhe interessavam, explicitaria o enquadramento político que desejava dar ao assunto. Dentre elas, destacava jornais que recomendavam ao czar que realizasse as reformas liberais pedidas pelo povo russo, como o jornal húngaro *Ellenor*, que dizia não ter o czarismo força para lutar “contra os perigos” que o rodeavam, já que o “nihilismo” [sic] tinha “prosélitos em todas as camadas da sociedade”; “Para tais males só há remédio na liberdade”, sentenciava o jornal húngaro. “Como se vê, a situação na Rússia está cheia de perigos” e, ameaçado pela “guerra civil”, o imperador deveria “tomar a iniciativa de reformas liberais”, recomendaria a *Gazeta de Notícias* ao final da matéria.⁵⁸

Cirurgicamente, o jornal de Ferreira de Araújo selecionava as notícias que alertavam o czarismo sobre a necessidade urgente de reformas, antes que fosse tarde. Dando mais dramaticidade aos apelos, publicava ainda uma lista, saída originalmente no *Germania*, de Berlim, de todos os chefes de estado, em sua maioria monarcas, que haviam sofrido atentados no século XIX. Por outro lado, reportando-se ao jornal republicano *Voltaire*, argumentava que as “medidas repressivas” adotadas pelo governo russo para controlar novos atentados “longe de desanimar os revolucionários, os [tinha] excitado”.⁵⁹ Tal recorte de notícias não deixava de dialogar com os dilemas que a Revolta do Vintém legara ao cenário político brasileiro, sugerindo duas ideias fundamentais: que a repressão brutal do Estado (tal qual ocorrera no motim) não abafaria as insatisfações populares e que, para evitar agitações sociais, o melhor a se fazer era empreender as reformas tão desejadas pela nação. Reforçando tal argumento, em abril de 1880, a *Gazeta de Notícias*, ao anunciar a criação de uma lei contra os socialistas na Alemanha e comparar a situação deste país ao que estava ocorrendo na Rússia, criticava a política repressiva de Bismarck argumentando que no império russo “a cada golpe”, renascia o “niilismo” “mais terrível e mais forte”.⁶⁰

⁵⁷ “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23/02/1880, p. 1.

⁵⁸ Sobre as reformas liberais na Rússia, cf. Lincoln (1990), Lieven (2006).

⁵⁹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/03/1880, p. 1.

⁶⁰ “Europa”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/04/1880, p. 1. Sobre o “niilismo” na Rússia cf. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, dias 27/11/1878; 16/05/1879; 04/03/1880.

Foi colocando em destaque todo o debate sobre o governo autoritário do czar russo e o papel das monarquias no mundo liberal que a *Gazeta de Notícias* preparou suas páginas para receber o folhetim de Jokai. Embalado pelas notícias internacionais e, tal como o *Gil Blas*, prometendo uma história que revelaria os “os íntimos segredos da família imperial”,⁶¹ o jornal carioca dava início à publicação. Com um retrato pouco lisonjeiro da sociedade aristocrática russa, já nos primeiros capítulos, o folhetim transportava o leitor para as ruas de São Petersburgo, quando uma “avalanche de nobres em caça”, armados, pisoteavam a “multidão”.⁶² Fútil e perigosa, a nobreza russa era contraposta a um povo simples, empobrecido e muito religioso. Poucos capítulos depois, seria apresentada a monarquia russa. O Duque de Ghemini, um dos chefes da conspiração, decide visitar sua avó Anna Feodorowna, uma nobre anciã que, em 1804, sofrera uma paralisia e desde então vivia trancada num quarto. “Parada nos acontecimentos do início do século”, era chamada pela duquesa de Ghemini, esposa do líder da conspiração, de “a múmia”, “espelho” no qual ela temia se ver. Como uma síntese da monarquia czarista, Feodorowna “não era simplesmente uma russa velha”, mas “um monumento esquecido da velha Rússia”, “um termômetro parado na temperatura de 1804, cuidadosamente posto ao abrigo da moderna temperatura”. Vivendo entre trajes, móveis e jornais antigos, a avó de Ghemini sintetizava o perfil da instituição que vivia numa “clausura voluntária” e contra a qual a conspiração iria se insurgir.⁶³

Pressupondo uma leitura minimante global do jornal, um diálogo entre as seções não escaparia ao leitor atento. Esticando o olhar para as colunas vizinhas ao capítulo “A múmia”, ele podia encontrar no artigo de Proudhomme sentidos cruzados. Em 3 de maio, o pseudônimo de Patrocínio comentava as roupas a serem usadas por D. Pedro II na tradicional “Fala do Trono”, que abria as seções parlamentares. Dizendo ter ouvido boatos de que o imperador pretendia abandonar as “meias de seda apertadas” e os “brancos sapatinhos rasos” para a cerimônia, Proudhomme conjecturava os sentidos políticos da suposta troca monárquica. Tratado como resquício de uma realidade ultrapassada, o traje do imperador seria, para o articulista, um indício de uma maior ou menor disposição de se encampar as reformas que o Império

⁶¹ *O livro verde* saiu no *Gil Blas* entre os dias 13 de janeiro e 14 de maio de 1880. Já a *Gazeta* publicou o folhetim entre os dias 28 de abril e 12 de agosto de 1880.

⁶² “O Livro verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 e 30/04/1880.

⁶³ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 03/05/1880, p. 2.

necessitava. No contexto das disputas acerca da reforma eleitoral, rejeitada pelo Senado em 1879, parecia claro ao folhetinista a importância de um sinal favorável do imperador, cuja vontade “dirigia” a política. Contudo, Patrocínio mantinha-se desconfiado de tal mudança porque, segundo ele, Spencer, que já havia postulado sobre a “relação estreita entre as opiniões democráticas e certas formas de toilette”, teria concluído que, parados no tempo, numa espécie de paralisia, “conservadores” e “aristocratas” não mudavam nunca de “vestimenta” e nem de “ideias”. Contudo, Proudhomme aguardava a decisão do imperador de abandonar seu invólucro real, não porque assim ele o quisesse, mas porque o povo passara “por uma transformação radical” e começara a “clamar na praça pública em prol da sua soberania”. Para Proudhomme, o “governo pessoal” havia perdido a sua “razão de ser” e “mudar de toilette” seria um sinal de que o rei entendia tais disposições. “Em vez das ceroulas de cetim e do manto estrelado”, uma “correta calça e casaca preta”, para então substituir o “fantasma do passado” por um “homem do século”.⁶⁴ Tal como a “múmia” Feodorowna, o imperador e a monarquia brasileira eram provocados pelo folhetinista a provar que não estavam em descompasso com o tempo e com as transformações que o país exigia.

No contexto de uma nova sessão legislativa, parecia oportuno à *Gazeta de Notícias* e ao seus colaboradores retomarem as pressões para que o rei e o parlamento, e não o “desordenado tropel das ruas”, realizassem as reformas políticas prometidas. Com a volta da discussão da reforma eleitoral, tornou-se, assim, fácil encontrar na jornal colunas que criticavam a inércia do governo e morosidade da Câmara dos Deputados com as pautas urgentes da nação.⁶⁵ Proudhomme dizia que a “demora” da comissão responsável pelo projeto de reforma eleitoral autorizava a “desconfiança” de todos. Defendendo que o “voto do pobre” era o mais “coerente e mais moralizado”. O folhetinista escreveria: “É urgente que desapareça o raio que proíbe a entrada à massa popular, ou ela se armará com este mesmo raio para o combate”. E concluiria que quando se “[negava] a um povo o direito de votar, [garantia-se] o de conspirar (...). A urna é a grande arma legal; os governos que a quebram, nas mãos dos povos ficam expostos a verem-nos fundir os estilhaços”, para então “converte-los em outra mais temerosa e decisiva”.⁶⁶ Ferreira de Araújo, por sua vez, não deixaria opinião muito diferente nos seus

⁶⁴ “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 03/05/1880, p. 1.

⁶⁵ “Boletim Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, dias 28 e 29/04/1880; 01, 06, 11 e 26/05/1880.

⁶⁶ “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 17 e 31/05/1880, p. 1.

“Assuntos do dia”. Pressionando o ministério de Antonio Saraiva, chamava-o à responsabilidade de ser “uma última prova da ideia democrática moderada constitucional”. Isso porque, para o redator-chefe da *Gazeta de Notícias*, nunca estivera “tão iminente” no país a ameaça da frase “reforma ou a revolução”. Com uma população atenta à “desproporção que [havia] entre o imposto pago” e os melhoramentos dele advindos, ao “esbulho de todos os direitos pela falseação [sic] dos processos eleitorais”, surgia, segundo Araújo, um “movimento”, em “todas as classes sociais”, que mostrava que o povo tinha cada vez mais “interesse pelos debates do parlamento”. A “resistência”, segundo ele, começara a se organizar. Reconhecendo que a “eleição direta” era uma “ideia vitoriosa”, mas o projeto, por sua vez, “ultraconservador”, Araújo parecia alertar governantes e estadistas sobre o cenário agitado que se formava no horizonte da política nacional.⁶⁷

Tanto Patrocínio quanto Araújo se mostravam receosos de um processo político que fugisse do controle das vias institucionais e, talvez por isso, usassem as páginas do jornal, e a literatura, para pressionar o ministério e o parlamento a se adiantarem às agitações. O roteiro seguido pelos embates brasileiros não se mostrava tão distante daquele desenhando pelas notícias internacionais sobre o czar e, principalmente, da história da Insurreição Dezembrista de 1825, que Jokai recontava ficcionalmente com as lentes das disputas políticas que nos anos 1870 ocorriam na Rússia e no restante da Europa. Um Estado moroso ou intransigente com reformas fazia brotar de seus mais profundos subsolos o perigoso ímpeto revolucionário. Mesmo tendo feito parte de uma revolução em 1848, o próprio Jokai, agora deputado, parecia temeroso quanto ao novo cenário. As aspirações liberais do literato podiam ser as mesmas de 1848, mas o medo de novos protagonistas, entre eles os trabalhadores pobres, acabou deixando vestígios profundos na narrativa ficcional do húngaro. Enquanto a revolução era pensada e protagonizada por poetas, artistas e intelectuais tudo parecia dentro da ordem. À medida que, no final do século, novos sujeitos ameaçavam se insurgir, passava a ser importante alertar sobre os limites e perigos das revoluções incontrolláveis.

⁶⁷ “Assuntos do dia”, *Gazeta de Notícias*, 05/06/1880, p. 1.

Os conspiradores, o povo e os impasses da revolução

Espécie de fio condutor invisível, a tensão entre reforma ou revolução costuraria tanto os debates que perpassavam as colunas jornalísticas quanto a seção literária da *Gazeta de Notícias*. A maneira como n'O livro verde somos apresentados ao plano da conspiração evidencia esses temores de Jokai, que, provavelmente, eram compartilhados por alguns dos redatores do jornal carioca. De forma quase didática, o romance mostrava ao leitor as várias faces de um projeto revolucionário: de um lado, uma elite, entusiasta do modelo francês, arquitetava os caminhos da conspiração num luxuoso salão de festa; de outro, numa taberna fétida distante, o povo, desordenadamente, sonhava com mudanças não previstas pela aristocracia.

Reunidos na casa de Zeneida, que, tal como uma “estátua da república”, presidia a assembleia entre membros de sociedades secretas vindas de todas as partes do território russo, militares, intelectuais e artistas trabalhavam para a “ruína do império”. Debatiam o projeto de uma Constituição “para toda a Rússia”, que instituisse uma república federativa, na qual Finlândia, Polônia, Sibéria, Crimeia e Cáucaso, com autonomia governamental, se submeteriam a um diretório central em Moscou. Chamando o plano de “belo”, o duque Ghemini temia, contudo, que o “grande obstáculo da liberdade” não fosse o “tirano”, mas o povo, que, segundo ele, não tinha “consciência de sua escravidão”. Ele argumentava que era preciso “instruir” a massa popular, estudando a “miséria” para conhecê-la e dar-lhe, então, “remédio”.⁶⁸ Já o coronel Pestel, reconhecendo sua pouca familiaridade com o povo, alegava que seriam necessários “cinquenta anos” de estudos para executar tal proposta e sugeria, então, passar logo à ação. “Teremos por nós o exército e a nobreza. O povo há de aceitar o que fizermos. Seremos instituidores, moralizadores quando tivermos o poder nas mãos. Não deixemos a canalha começar”.⁶⁹ Jakuskin, “o polaco”, tratado na narrativa como selvagem e incontrolável, acreditava, porém, que a “canalha [tinha] bom senso”. Voz dissonante na assembleia, colocaria questões que deixariam o grupo frente a impasses poderosos: em primeiro lugar, o que fariam com o czar e os grão-duques após a conquista dos objetivos? Depois, na república federativa, quem seria o chefe delas? Continuariam os poloneses subjugados aos russos? E qual o grau de radicalização a que estavam dispostos os conspiradores? Haveria

⁶⁸ “O Livro Verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 e 30/04/1880.

⁶⁹ *Ibidem*.

uma Revolução com ou sem sangue? Irritado, Jakuskin chamava as reformas orquestradas naquela reunião de “utopias”. Krizsanowski, outro polonês presente na casa da atriz, evidenciando uma disposição maior para o enfrentamento aberto do que seus companheiros da “União do Norte”, dizia “procurar heróis para uma batalha”, “para uma revolta, para uma guerra” e não para uma “conspiração contra a polícia ou de propaganda”.⁷⁰ Sem um consenso entre seus membros internos, o plano de conspiração, adiado em alguns momentos, seguia vacilante.

Já do outro lado da cidade, afastado dos luxuosos salões, estava a “Perna de Urso”, uma estalagem escura e cheirando a queijos e arenques, cuja sala tinha uma imagem de Jesus na parede. Escondida nessa casa, havia uma taverna subterrânea onde outro tipo de conspiradores se encontrava. Entre ratos, bebidas e fumaça, a taverna era frequentada por todo tipo de gente, pequenos artistas, comediantes, pintores, artesãos e charlatães. Com deboche, os frequentadores da Perna de Urso são descritos no romance como uma sociedade secreta “segundo a fórmula do naturalismo”, cuja “Marselhesa” tinha por estribilho “uma faca para ele”, pois, afinal de contas, “o resto facilmente se [arranjava]”. Com pautas revolucionárias representadas como ridículas no folhetim, “todos tinham uma objurgatória” para a “Marselhesa” que estava sendo elaborada: o charlatão pedia a morte dos médicos; o negociante falido reclamava a extinção dos tribunais e da bolsa; o marinheiro queria deitar fogo às esquadras”. Ao final, concluía o narrador que “todas as opiniões” se resumiam na “antiga fórmula” de “cortar as cabeças que se levantavam acima da multidão”.⁷¹ Se na conspiração aristocrática a prudência quanto à radicalização era uma marca, na Perna de Urso a brutalidade era um princípio. A conclusão sobre a articulação dos dois movimentos viria no capítulo XXIII: “Enquanto os adeptos do *Livro Verde* discutiam os seus planos, os revolucionários da *Perna de Urso* procuravam ideias. Aquela cabeça e estas pernas sem corpo agitavam-se, não podendo juntar-se por falta de um tronco que as reunisse e soldasse”.⁷²

Descrevendo um contexto de pobreza e carestia, agravado por um inverno rigoroso, o povo russo surgia no folhetim como supersticioso, que via nos seus “flagelos” um “castigo do céu”. Ridicularizados, os rebeldes da Perna de Urso, inspirados por cultos fetichistas, viam no nome de Napoleão sua

⁷⁰ “O Livro Verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10, 11 e 14/05/1880.

⁷¹ “O Livro Verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 e 17/05/1880.

⁷² “O Livro Verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04/06/1880, p. 3.

salvação e a partir dele traçavam um plano mirabolante. Cultuado, Napoleão era visto como aquele que fizera os nobres fugirem durante a invasão. Num plano patético, os conspiradores da Perna de Urso pretendiam, com um ator, fingir um retorno de Napoleão à Rússia, afugentando novamente a nobreza e abrindo o caminho para a revolução.⁷³ No dia da execução do plano, entretanto, uma grande tragédia natural atinge São Petersburgo. Adiados os planos de todos os grupos que organizavam uma conspiração, toda a Rússia se unia para salvar os atingidos pela grande enchente que invadira a cidade. Mesmo tendo a oportunidade de matar o czar, Jakuskin se recusaria a ferir Alexandre I, que, pessoalmente, passara a ajudar a população a se salvar da tragédia. Com um olhar bastante condescendente com a figura do monarca ao longo de todo o romance, Jokai, nos capítulos seguintes, realizará o esforço de diferenciar Alexandre I da instituição monárquica absolutista, esta última sendo vista como a verdadeira fonte do mal. Entre os muitos enredos amorosos que se desenrolariam na narrativa, o poeta Pouchkine acaba por se casar com a filha ilegítima (e muito amada) do imperador, que vivia secretamente longe do palácio. Ao ver a filha feliz, o czar se propõe a recompensar o poeta, prometendo cumprir qualquer de seus desejos. “Pai, dá uma constituição ao teu povo (...) o mundo inteiro está em fermentação e a Rússia sente os abalos que precedem uma erupção”, pedia Pouchkine. “Para que a cratera não vomite nem chamas, nem cinza”, a “carta. (...) Não pedimos todas as liberdades de uma vez, isso embriagaria o teu povo, a quem é preciso ensinar a beber; mas principia a sua educação”.⁷⁴ Pouchkine, tal como seus colegas, não confiava no povo, prudência e moderação era, então, o receituário desenhado pelos conspiradores d’*O livro verde*. Convencido, o czar promete cumprir o pedido, mas a morte prematura da filha o enfurece e o faz desistir de tais planos.

Em meio às reviravoltas do folhetim, a política brasileira também sofria seus golpes. Em editorial, no dia da votação da reforma eleitoral, a *Gazeta de Notícias*, que elogiava alguns dos termos da nova lei, criticava as exigências na comprovação da renda, que excluiriam inúmeros eleitores, incluindo operários do jornal, os tipógrafos, “uma das classes mais ilustradas” do país.

⁷³ Paralelamente a esses capítulos, a *Gazeta de Notícias*, talvez querendo dar mais veracidade ao retrato feito por Jokai, passaria a publicar as “Impressões de viagem de S. Petersburgo a Kazan”, onde apresentava-se o povo russo como supersticioso, de “pouco asseio”, bêbado, que vivia tempos de “pauperismo e miséria” nas províncias. Cf. Impressões de Viagem, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, dias 08, 15 e 23/06/1880 e 22/07/1880, p. 1.

⁷⁴ “O Livro Verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/06/1880, p. 3.

No dia seguinte à aprovação, o periódico recriminava a “anarquia parlamentar” e apontava a contradição em ser liberal e votar contra a liberdade. Proudhomme chamaria o projeto de “atentado”, um “conluio de conspiradores”, e condenaria o “Segundo Reinado” que até então tinha tido “por única missão” “resistir ilegalmente à vontade do povo”. Incitando o povo a reagir, colocando o governo como fora da lei, Proudhomme pedia, no entanto, protestos dentro da ordem, conclamando o povo a se manifestar nas eleições municipais que ocorreriam no próximo mês. Um protesto dentro dos limites da ordem, “no exercício de um direito constitucional”. O pseudônimo de José do Patrocínio também decidia trilhar o caminho da moderação e da prudência⁷⁵.

Entregando o governo nas mãos do cruel chefe da guarda, Arakcheiff, o czar, indiferente ao governo da Rússia, sai em viagem nos últimos lances do folhetim. Perseguido por Jakuskin, que quer matá-lo independentemente das decisões dos conspiradores do *Livro verde*, o imperador, em vários lances de sorte, escapa da morte. Enquanto isso, conspiradores do norte e do sul também se desencontravam nos acertos finais da revolução. Conjurados do Sul, que contavam com uma explosão popular, uniam-se aos revoltosos do Perna de Urso, decidindo trilhar um caminho próprio, independente das decisões dos conspiradores do norte, liderados por Zeneida e Ghemini. Doente, o czar morre e antes mesmo dessa notícia se espalhar por São Petersburgo, eclode a revolta, liderada pelos exércitos do Sul. Anunciada a ascensão de Nicolau ao poder, as tropas, reunidas em frente ao Palácio de Inverno, juntamente com uma multidão, se insuflam contra o novo czar. Perseguidos pela polícia e prestes a serem descobertos, Zeneida e Ghemini vacilam frente à revolução, pois achavam que o povo e os soldados que estavam insuflados não entendiam, de fato, o que era liberdade. Ao descrever o cenário da revolta, o narrador do romance fazia o balanço do que havia se tornado o plano de conspiração:

Diante do Palácio de Inverno ondulava uma multidão ruidosa, confusa, a escória das tavernas, as fezes da *Perna de Urso* e de todas as tascas de São Petersburgo, engrossada por toda a canalha que fareja as revoltas apenas pelos despojos, e que desonraria as revoluções triunfantes, se não servisse para provar que as revoluções para vencer precisam desse elemento necessário como o lodo, perigoso como a lama.⁷⁶

A revolta, no romance, foi abafada pela atuação branda de Nicolau I, que se apresentara com seu filho nos braços diante da multidão, convertendo

⁷⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, dias 25, 26 e 28/06/1880, p. 1.

⁷⁶ “O Livro Verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 03/07/1880, p. 3.

os generais do exército insurreto a seu favor. Esperando pela “hora do saque e da matança”, a multidão desistira de seguir com seus planos ao ser chamada pelo czar de “meus filhos”. Ghemini, momentos antes de ser preso, refletiria melancólico: “ao invés de ver um povo entusiasta”, “fincado na liberdade”, “encontrou soldados incapazes de compreender se era contra o czar Nicolau ou contra Constantino [irmão de Alexandre II] que os mandavam marchar”. Via diante de si “uma multidão impaciente por gritar”, indiferente, qualquer coisa que fosse. “Ghemini percebia, segundo o narrador, que ele e os seus amigos, julgando agitar o povo russo, tinham, na verdade, revolido o “lodo” daquela sociedade. “A liberdade para aquela turba multa era a possibilidade de arrombarem as lojas, de saquearem os palácios e os castelos”, concluiria.⁷⁷

Considerações finais

Ao encerrar o romance advertindo que “sob a neve profunda” estava o imorredouro desejo de liberdade, pronto a brotar a qualquer momento, Jokai alertava, na verdade, sobre os perigos de não atender determinadas demandas sociais. Perigo que incluía a ação das classes populares. Podemos concluir que, ao escolherem o folhetim para ser traduzido e publicado no Brasil, os redatores da *Gazeta de Notícias* percebiam que a obra de Jokai tocava em pontos caros àqueles que assistiam às agitações na Rússia e em outras partes da Europa e haviam acabado de presenciar um motim popular nas ruas do Rio de Janeiro. Viam nessa descrição da conspiração do *Livro verde* algo que provavelmente lhes causava um reconhecimento imediato: uma elite intelectual que, inspirada num ideário liberal e repleta de referências revolucionárias francesas, se sentia responsável ou portadora de uma missão reformista, capaz de guiar, educar ou moralizar as classes populares para a transformação social. Os protagonistas da história contada por Jokai, esclarecidos sobre o que queriam e pelo que lutavam, representados como idealistas sinceros, acabaram, entretanto, por se frustrar no momento em que perceberam que, quando a revolta eclodiu, já não tinham mais qualquer controle sobre o processo desencadeado, uma vez que as massas tinham vontade própria. O aprendizado de Ghemini, Zeneida e Pouchkine foi, dessa maneira, compartilhado por integrantes da imprensa carioca que participaram da oposição ao imposto do vintém. Incitando a participação popular,

⁷⁷ “O Livro Verde”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/08/1880, p. 3.

cobrando uma reação daqueles que seriam atingidos pela cobrança, recuaram quando a multidão passou a falar por si própria nas ruas da cidade.

Criticada por seus pares, a *Gazeta de Notícias*, nos meses que se seguiram à revolta, articulou respostas que não negavam seu recuo, mas que o justificavam e legitimavam. No presente artigo, buscou-se argumentar que, através do folhetim, o jornal carioca tentou evidenciar para seu público os perigos de se tirar o povo da política institucional, jogando-o para a revolução nas ruas. Perigo potencializado por um momento que, na visão dos redatores do jornal, pedia reformas urgentes. É claro que as discussões sobre quem seria o eleitor ideal dividiam políticos e intelectuais em 1880 no Brasil. Obviamente, a própria noção de quem era “o povo” sobre o qual falavam e queriam ver incorporado na cidadania política estava em disputa. Mas o projeto de reforma eleitoral, transformado em lei, previa regras que os redatores do jornal consideraram, ao final, excessivamente excludentes. Buscamos enfatizar as formas pelas quais a *Gazeta de Notícias*, enquanto o projeto foi discutido no Parlamento brasileiro, decidiu disputá-lo em suas páginas, construindo suas barricadas inclusive na literatura de rodapé.

Finalmente, é importante dizer que as análises do folhetim de Jokai, feitas de forma articulada às notícias internacionais veiculadas pela *Gazeta de Notícias*, ajudam a ampliar a perspectiva do estudo da própria “Revolta do Vintém” e da questão eleitoral debatida entre os anos de 1879 e 1881. Isso porque tal exame nos mostra que mais do que fenômenos restritos a um debate nacional sobre os rumos da monarquia e da política brasileira (como geralmente tem destacado a historiografia sobre o tema), esses acontecimentos foram vistos e interpretados por parte da imprensa e dos intelectuais do país a partir de um debate internacional maior sobre os desafios impostos ao mundo liberal e burguês. Atentos às notícias que atravessavam o Atlântico, jornalistas e “homens de letras” pensavam os dilemas políticos do Brasil em profunda conexão com anseios e debates que também tomavam conta dos círculos intelectuais e políticos do velho continente. Pode-se, então, concluir sobre a importância de olharmos para além das fronteiras nacionais nos temas em questão, uma vez que os próprios contemporâneos o fizeram. Ao acompanharmos os debates empreendidos pela *Gazeta de Notícias*, podemos observar como os intelectuais e a imprensa brasileira leram o “motim do vintém” e os projetos de restrição do voto popular a partir de uma perspectiva internacional sobre reformas liberais, revolução e monarquia. Atentar para isso tende a ampliar o nosso próprio conhecimento sobre a fermentação política e social no Brasil do século XIX e as respostas e expectativas que os contemporâneos tinham para elas.

Referências bibliográficas

Fontes

- A SITUAÇÃO na Europa. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 09/02/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/11/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27/11/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/11/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13/12/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16/12/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17/12/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21/12/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/12/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/12/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/12/1879, p. 1.
- ARAÚJO, Ferreira de. Assuntos do dia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/06/1880, p. 1.
- AYMARD, Gustave. Folhetim: O cabeça de ferro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 02/08/1875, p. 3.
- BOLETIM parlamentar. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 01/05/1880, p. 1.
- BOLETIM parlamentar. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/05/1880, p. 1.
- BOLETIM parlamentar. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/05/1880, p. 1.
- BOLETIM parlamentar. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/05/1880, p. 1.
- BOLETIM parlamentar. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/04/1880, p. 1.
- BOLETIM parlamentar. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29/04/1880, p. 1.
- CHRONICA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/01/1880, p. 1.
- CHRONICA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/12/1879, p. 1.
- COMO se fez a *Gazeta de Notícias*. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 03/08/1895, p. 1.
- EUROPA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 03/07/1879, p. 1.
- EUROPA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/04/1880, p. 1.
- EUROPA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 07/07/1879, p. 1.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 22/12/1877, p. 1.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 24/12/1879.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 28/10/1875.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 15/11/1879, p. 1.
- GAZETILHA: o dia de ontem. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 04/01/1880, p. 1.
- IMPRESSÕES de Viagem. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08/06/1880, p. 1.
- IMPRESSÕES de Viagem. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/06/1880, p. 1.
- IMPRESSÕES de Viagem. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/17/1880, p. 1.
- IMPRESSÕES de Viagem. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23/06/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29/04/1880, p. 1.

- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30/04/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 03/05/1880, p. 2.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/05/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/05/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10/05/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/05/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/05/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16/05/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17/05/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04/06/1880, p. 3.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/06/1880, p. 3.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 07/07/1880, p. 3.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/07/1880, p. 1.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/08/1880, p. 3.
- JOKAI, Maurice. O livro verde. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/08/1880, p. 1.
- L'ATTENTAT de Moscow. *Gil Blas*, Paris, 05/12/1879, p. 1.
- LA TRAVERS la politique. *Gil Blas*, Paris, 13/12/1879, p. 1.
- LA TRAVERS la politique. *Gil Blas*, Paris, 15/12/1879, p. 1.
- LA TRAVERS la politique. *Gil Blas*, Paris, 16/12/1879, p. 1.
- LA TRAVERS la politique. *Gil Blas*, Paris, 22/12/1879, p. 1.
- LE LIVRE vert: grand roman historique. *Gil Blas*, Paris, 11/01/1880, p. 1
- MAURICIO Jokai: jubileu litterario. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21/02/1894, p. 1.
- MEETING. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29/12/1879, p. 1
- NOTICIAS de França. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13/03/1879, p. 1.
- O ATENTADO contra o imperador da Rússia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18/05/1880, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17/11/1879, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 01/12/1879, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08/12/1879, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/12/1879, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29/12/1879, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/01/1880, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23/02/1880, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 03/05/1880, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17/05/1880, p. 1.
- PROUDHOMME. Semana política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 31/05/1880, p. 1.
- ULBABACH, Louis. [Lettre en guise de préface]. *Gil Blas*, Paris, 12/01/1880, p. 1
- ULBABA, Louis. [Lettre en guise de préface]. *Gil Blas*, Paris, 12/01/1880, p. 1.

Bibliografia

- BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COOPER, Frederick et al. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- EVANS, Richard John. *The pursuit of power: Europe, 1815-1914*. New York: Penguin, 2016.
- FERACIN, Ana Carolina. *De "Papa-pecúlios" a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- GAY, Peter. *Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GRAHAM, Sandra. O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 211-232, mar./jun. 1991. ISSN 0102-0188.
- HEVESI, Alexander. Maurus Jókai: the greatest novelist of Hungary. *The Slavonic and East European Review*, London, v. 8, n.23, pp.356-367, dez. 1929. Disponível em: <www.jstor.org/stable/4202403>. Acesso em: 2 out. 2018.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1996.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JESUS, Ronaldo Pereira de. A revolta do vintém e a crise na monarquia. *História Social*, Campinas, n. 12, p. 73-89, 2006. ISSN: 2178-1141 Disponível em: <<https://bit.ly/2k9RDWG>>. Acesso em: 2 out. 2018.
- LIEVEN, Dominic (ed.). *The Cambridge History of Russia: volume II: Imperial Russia: 1689-1917*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- LINCOLN, William Bruce. *The great reforms: autocracy, bureaucracy, and the politics of change in Imperial Russia*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1990.
- LOSURDO, Domenico. *Bonapartismo ou democracia: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

- LOW, Sidney J. Maurice Jokai. *Blackwood's Magazine*, London, v. 144, p. 565-577, jul./dez. 1888.
- MAGYAR, Francis. Jokai's reception in England and America. *The American Slavic and East European Review*, London, v. 17, n. 3, p. 332-345, out. 1958. ISSN 1049-7544. Disponível em: <www.jstor.org/stable/3000840>. Acesso em: 2 out. 2018.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Edur, 2007.
- MERRIMAN, John. *A Comuna de Paris: 1871: origens e massacre*. Rio de Janeiro: Anfi-teatro, 2015.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MONTANO, Leandro Duarte. *Para além de um vintém: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880)*. Dissertação de mestrado em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais do Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- QUEFFÉLEC, Lise. *Le roman-feuilleton français ou XIX siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOUZA, Felipe. *Direitos políticos em depuração: a Lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870 e 1880*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- TRIZOTTI, Patrícia Trindade. *Ao pé da página: o espaço tipográfico do folhetim na imprensa paulistana (1851-1946)*. Tese de doutorado em Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

Recebido: 09/10/2018 – Aprovado: 16/05/2019

Editores responsáveis pela publicação:

Júlio Pimentel Pinto e Flavio de Campos